

ZONA DA MATA PARAIBANA: REESTRUTURAÇÃO DO SETOR SUCRO-ALCOOLEIRO, REFORMA AGRÁRIA E PAISAGEM RURAL

Emilia Moreira (Profa. Dra. do Dpto. de Geociências e do PPGG/UFPB);
Ivan Targino (Prof. Dr. do Dpto. e do Mestrado de Economia/UFPB);
Richarde M.da Silva (Pesquisador do LOGEPA/DGEOC/UFPB; Mestrando de Engenharia Urbana/UFPB);
Utaiguara da N. Borges (Acadêmico de Geografia; bolsista do Prolicen; estagiário do LEPAN/DGEOC/UFPB);
Vamberto José F. de Medeiros (Acadêmico do curso de Geografia, estagiário do LOGEPA/DGEOC/UFPB)

RESUMO: Esse trabalho faz parte do projeto “O ensino de Geografia da Paraíba: espaço agrário, uso do solo e difusão da informação”. O recorte apresentado focaliza a reestruturação do setor sucro-alcooleiro, o avanço da reforma agrária e seus impactos sobre a paisagem na Zona da Mata Paraibana. Trata-se de um estudo analítico-descritivo baseado na pesquisa bibliográfica, na análise de dados secundários e na pesquisa direta. A fonte estatística básica é o IBGE, através dos censos agropecuários de 1985 e 1995 e das publicações da produção agrícola e da produção pecuária municipal.

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho faz parte do projeto “O ensino de Geografia da Paraíba: espaço agrário, uso do solo e difusão da informação”. O recorte apresentado focaliza a reestruturação produtiva do setor sucro-alcooleiro e seus rebatimentos sobre a paisagem na Zona da Mata paraibana. Trata-se de um estudo analítico-descritivo baseado na pesquisa bibliográfica, na análise de dados secundários e no trabalho de campo. A fonte estatística básica é o IBGE, através dos censos agropecuários de 1985 e 1995 e das publicações da produção agrícola e da produção pecuária municipal.

O argumento principal do estudo é o de que a reestruturação produtiva do setor sucro-alcooleiro paraibano acha-se intimamente relacionada às mudanças que tiveram lugar na agricultura brasileira nas três últimas décadas, decorrentes do processo de modernização da agricultura, da crise econômica vivenciada pelo país nos anos 80, da implementação, a partir dos anos 90, de reformas neoliberais e do avanço sobre o território da luta dos trabalhadores, que resultou na ampliação da fronteira da agricultura familiar.

| | | | | |
|--------------------|-------------|------------|--------------|----------|
| Cadernos do Logepa | João Pessoa | Vol.2, n.1 | Jan/Jun-2003 | p. 45-56 |
|--------------------|-------------|------------|--------------|----------|

2. MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA, CRISE ECONÔMICA E POLÍTICA NEOLIBERAL: SEUS REFLEXOS SOBRE O SETOR SUCRO-ALCOOLEIRO

A dominação do capital sobre a agricultura através da “industrialização ou modernização agrícola”, pautada em transformações na base técnica da produção sem alteração do regime de posse da terra, embora tenha se iniciado no Brasil na década de 50, com base no processo de substituição de importação dos meios de produção, só irá consolidar-se no país na década de 60, impulsionada pela política de desenvolvimento econômico implantada pelo regime militar.

“No início dos anos sessenta, que corresponde ao final da fase de industrialização pesada no Brasil, instalam-se no país as fábricas de máquinas e insumos agrícolas. Assim, por exemplo, são implantadas indústrias de tratores e equipamentos agrícolas (arados, grades, etc.), fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários, etc. Evidentemente, a indústria de fertilizantes e defensivos químicos só poderia se instalar depois de constituída a indústria petroquímica; a indústria de tratores e equipamentos agrícolas, depois de implantada a siderúrgica; e assim por diante. O importante é que, a partir da constituição desses ramos industriais no próprio país, a agricultura brasileira iria ter que criar um mercado consumidor para esses “novos” meios de produção. Para garantir a ampliação desse mercado, o Estado implementou um conjunto de políticas agrícolas destinadas a incentivar a aquisição dos produtos desses novos ramos da indústria, acelerando o processo de incorporação de modernas tecnologias pelos produtores rurais. A industrialização da agricultura brasileira entrava assim numa outra etapa” (SILVA, 1981: p. 27).

Três fatores concorreram para as mudanças que tiveram lugar no agro nacional, a partir de então: o fortalecimento do Complexo Agro-industrial (CAI), a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural e a aceleração do processo de urbanização. Com isso, a agricultura subordina-se cada vez mais ao capital industrial e financeiro. Ela passa a depender de créditos bancários, articula-se como compradora e fornecedora da indústria, e ainda encontra um mercado consumidor para seus produtos na cidade, em decorrência da ampliação da urbanização (DELGADO, 1985). Não é mais a dinâmica do mercado interno e externo que regula a agricultura, mas os parâmetros definidos pelo Estado para a rentabilidade dos capitais empregados nos distintos ramos (SILVA, 1981:p.16)

Daí decorrem profundas mudanças na organização do espaço agrário com reflexos sobre a paisagem rural. Destacam-se entre outras: a) a intensificação da concentração da propriedade da terra; b) as mudanças no uso do solo, a partir da expansão de culturas de exportação, como trigo, soja, cana-de-açúcar, e da pecuária; c)

a introdução e/ou ampliação do uso de novos processos e técnicas; d) mudanças nas relações de trabalho no sentido da ampliação do assalariamento da mão-de-obra.

Esse processo, embora tenha apresentado uma força e intensidade mais ou menos similar em todas as regiões do país, diferenciou-se segundo as atividades desenvolvidas no campo. Ele foi maior naquelas atividades onde a modernização incidiu de maneira mais forte. É o caso por exemplo, da atividade canavieira.

O setor canavieiro do Brasil submetido a um longo processo de crise, com seu parque industrial ocioso frente à escassez de mercado para o açúcar produzido, foi impulsionado pela política de modernização agrícola implantada pelo governo militar e pela situação crítica estabelecida no setor energético nacional com a crise do petróleo, devida à criação da OPEP e a supervalorização conseqüente do produto no mercado internacional no início dos anos 70. É nesse contexto que surge o Proalcool não só enquanto elemento viabilizador da modernização agrícola do setor canavieiro, mas também como instrumento de sua própria viabilidade.

A modernização do setor canavieiro, via Proalcool, concretizou-se através de uma forte política governamental de incentivos fiscais e creditícios.

Com efeito,

“os incentivos do Proalcool destinavam-se tanto à produção industrial quanto à agrícola. Em relação ao segmento industrial, o Programa financiava até 80% do valor do investimento fixo, no caso de destilarias que utilizassem a cana-de-açúcar como matéria-prima. Os encargos financeiros englobavam juros de 4% ao ano para as destilarias anexas e de 3% para as autônomas na área da SUDENE/SUDAM e uma correção monetária equivalente a 40% da variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). Em relação ao setor agrícola, havia os financiamentos de investimento para fundação ou ampliação de lavouras (preparo do solo, plantio e tratos culturais até a primeira safra) e financiamento de custeio para despesas relativas às socas ou às ressocas. O programa financiou entre 80% e 100% do valor total do projeto, cobrando juros que variavam entre 10% (custeio para o pequeno produtor) e 26% (investimento para o grande produtor), sem cláusula de correção monetária. Tais condições de financiamento em uma economia sob processo inflacionário equivaliam, na verdade, a juros negativos para a agro-indústria” (MOREIRA e TARGINO, 1997: p.105/106).

A partir de então, inicia-se uma nova fase de expansão da atividade canavieira consubstanciada no aumento da área cultivada com a cana, no incremento da produção do álcool e na ampliação do parque industrial com a instalação de novas destilarias de álcool, anexas às antigas usinas, ou autônomas.

| | | | | |
|--------------------|-------------|------------|--------------|----------|
| Cadernos do Logepa | João Pessoa | Vol.2, n.1 | Jan/Jun-2003 | p. 45-56 |
|--------------------|-------------|------------|--------------|----------|

Na segunda metade da década de oitenta, observa-se uma lenta mas sistemática desestruturação do Proalcool expressa através da redução da quantidade produzida e da área cultivada com a cana, pela queda da produtividade e, em particular, pelo fechamento sucessivo de usinas e destilarias. Para tanto contribuíram, de um lado, a atenuação da crise energética que tinha sido o fator determinante para a concepção e implementação do Programa, seja pelo aumento da produção interna de petróleo seja pela redução do poder da OPEP e, de outro lado, os acordos do Brasil com o FMI, no bojo da crise externa brasileira, que impunham uma revisão das políticas de subsídios do governo brasileiro, assim como a crise financeira do estado brasileiro que o levaria a rever de forma vigorosa os seus gastos.

À redução drástica do crédito subsidiado e abundante, elemento primordial da política instituída pelo Proalcool, somou-se a crise financeira e fiscal, determinando a cobrança das dívidas do setor para os cofres tanto da União como dos estados, o que representou um abalo forte sobretudo no segmento arcaico da atividade sucro-alcooleira nordestina. Como conseqüência, assiste-se à diminuição do nível do emprego gerado pelo setor e a precarização das relações de trabalho.

Face ao desemprego e à precarização das relações de trabalho, a alternativa encontrada por muitos trabalhadores canavieiros tem sido a ocupação de terras pertencentes a fornecedores ou a usinas falidas. A luta dos trabalhadores por terra seguida da ação fundiária do estado para solucionar os conflitos sociais emergentes é responsável pela ampliação da fronteira da agricultura familiar em áreas tradicionalmente canavieiras. Interessa a este trabalho analisar este processo na Paraíba, especificamente na Zona da Mata.

2.1 - Reestruturação produtiva do setor sucro-alcooleiro da Zona da Mata Paraibana

Não obstante os fortes benefícios concedidos pelo Estado à agroindústria açucareira da Paraíba ao longo do tempo, este setor encontrava-se, no início da década de 70, mergulhado numa forte crise, considerada crônica por muitos estudiosos. Entre os fatores responsáveis por essa crise está a ociosidade e a obsolescência do parque industrial, o baixo poder de competição com a produção do Sudeste, etc. A saída para esta crise surgiu mais uma vez pela mediação do Estado, através da criação, Proalcool.

A partir de então, inicia-se uma nova fase de expansão da atividade canavieira no Estado consubstanciada: no aumento da área cultivada com a incorporação de mais

de 100.000 hectares de terra pela cana, entre 1970 e 1986; na elevação da quantidade de cana produzida de 1,4 milhões em 1970 para 10,7 milhões em 1986; no incremento da produção de álcool de 806 mil litros na safra de 1975/76 para 229 milhões de litros na safra de 84/85; e na ampliação do parque industrial com a instalação de 10 novas destilarias anexas e autônomas.

Na Zona da Mata, mais tradicional região canavieira do Estado, a área cultivada e a quantidade produzida de cana-de-açúcar ampliaram-se significativamente entre 1970 e 1985: em 1970, a região produziu 936.276 toneladas de cana contra 4.576.485 toneladas em 1985, o que representa um aumento de 388,8% no período; a área colhida, de 19.698 hectares em 1970, passou para 92.760 hectares em 1985, o que equivale a um crescimento da ordem de 370,9%. Os dados relativos à participação da Zona da Mata no total da cana produzida e da área colhida com essa lavoura são demonstrativos da sua importância no conjunto do estado: em 1985 a região foi responsável por 82,0% do total da cana produzida e por 77,5% da área colhida com cana na Paraíba.

Além da expansão da fronteira agrícola da cana o Proalcool foi responsável também pela modernização do parque industrial sucro-alcooleiro na região. Às tradicionais usinas de açúcar (Santa Rita, São João, Santana e Santa Helena), foram anexadas destilarias de álcool. Destilarias autônomas também foram implantadas: Jacuípe, Japungu, Agican, Giasa, Tabu, Xuá e Una.

Porém, a esta modernização da atividade não correspondeu nem uma redução no padrão de exploração dos trabalhadores rurais, nem uma atenuação do padrão de concentração da propriedade fundiária⁹. Ao contrário, ao lado de um processo nunca visto de expulsão dos trabalhadores moradores do campo, observa-se a intensificação da sua exploração através do aumento das jornadas de trabalho, do aumento do ritmo de trabalho, da ampliação do sistema de pagamento do trabalho por tarefa executada, da terceirização do trabalho que implica na ampliação do trabalho clandestino (trabalhadores contratados por empreiteiros sem nenhum direito trabalhista), da exploração do trabalho infantil e da criação do sistema de trabalho sob vigilância através da implantação no interior das fazendas de galpões ou alojamentos de trabalhadores (MOREIRA et alii, 1997; MOREIRA, E. e TARGINO, I., 1997).

⁹ Leia a respeito, entre outros: MOREIRA, Emilia et TARGINO, Ivan. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa, Ed. Universitária, 1997.

| | | | | |
|--------------------|-------------|------------|--------------|----------|
| Cadernos do Logepa | João Pessoa | Vol.2, n.1 | Jan/Jun-2003 | p. 45-56 |
|--------------------|-------------|------------|--------------|----------|

A expansão da atividade canavieira vai sofrer solução de continuidade na segunda metade dos anos 80 como resultado da crise econômica que provocou a redução do crédito subsidiado e a cobrança das dívidas do setor por parte dos Governos federal e estadual. Assiste-se, a partir de então, a redução da quantidade produzida de cana no estado (de 10,7 milhões em 1986, declina para 8,2 milhões em 1990), a queda da produtividade (de 60 ton/ha em 1986 para 52 ton/ha em 1990) bem como uma redução na demanda de trabalho como consequência da retração da área cultivada, como também da sua substituição por atividades com menor poder de absorção da força-de-trabalho, a exemplo da pecuária.

Essa situação de crise persiste na Paraíba durante toda a década de 90, podendo ser constatada a partir da análise dos dados relativos à produção e à área plantada com cana-de-açúcar, particularmente nas regiões tradicionais produtoras. Entre 1990 e 2000 a quantidade de cana produzida no estado reduziu-se em 51,7% caindo de 8,2 milhões para 3,9 milhões de toneladas e a área plantada apresentou uma retração equivalente a 49,1% caindo de 160,3 mil hectares para 93,0 mil hectares no período.

Na Zona da Mata, onde ainda se concentrava, em 1990, 82% do total da cana produzida e 79% da área de cana plantada no estado, a redução da produção foi da ordem de 43,75% (de 6,8 milhões em 1990 caiu para 3,8 milhões de toneladas em 2000) e da área plantada foi de 31,1% (de 126,5 mil caiu para 87,1 mil hectares).

Esse comportamento declinante da cana-de-açúcar é observado em nível de todos os municípios da região, inclusive naqueles onde estão localizadas as terras das destilarias autônomas que foram menos afetadas pela crise a exemplo de Pedras de Fogo, Rio Tinto e Lucena.

O trabalhador que embora expulso da terra durante a fase de expansão do Proalcool continuara trabalhando na cana como assalariado, com a crise da atividade canavieira passou à condição de desempregado. As relações de trabalho precarizam-se através do crescimento do trabalho subcontratado, da maior seletividade da mão-de-obra (recusa-se os mais fracos, os mais velhos e as mulheres).

Na esteira da crise observa-se que parcela dos trabalhadores rurais excluída do processo produtivo organiza-se em torno do MST e da CPT, ocupa terras e leva o Governo a desapropriar milhares de hectares de imóveis improdutivos dando origem a assentamentos rurais. Deste modo, enquanto regredia a fronteira da cana, expandia-se a fronteira da agricultura familiar reformada.

3. REFORMA AGRÁRIA E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA ZONA DA MATA PARAIBANA

Entre 1986 e 2000, foram incorporados ao processo de reforma agrária pelo Incra na Paraíba, 148.269,97 hectares de terra (Incra, 2000) e foram criados pelo mesmo órgão 151 Projetos de Assentamentos Rurais (Incra, 2000). No mesmo período outros 23 imóveis foram adquiridos pelo Governo estadual abrangendo 6.298,7 hectares e originando 23 novas áreas de assentamento (INTERPA, 2000).

No total, foram incorporados ao processo de reforma agrária pelos dois órgãos públicos no período analisado, 154.568,67 hectares dos quais 38.509,92 hectares situam-se na Zona da Mata (37.702,32 hectares constituem Projetos de Assentamento de responsabilidade do Incra e 807,60 hectares compreendem as Áreas de Assentamento de responsabilidade do Governo estadual, através do Interpa). Dos 151 Projetos de Assentamentos criados pelo Incra no período, 55 localizam-se na Zona da Mata (36,4% do total). Dos 23 Assentamentos criados pelo Estado, apenas 4 localizam-se nessa região (v. tabela 1 e mapa 1).

Foram assentadas através do Incra 9.604 famílias no estado, das quais 4.580 na Zona da Mata Paraibana, o que representa em termos percentuais, 46,3 % do total das famílias assentadas pelo Incra na Paraíba no período indicado (v. tabela 1).

Das 877 famílias assentadas pelo Interpa, entre 1986 e 2000, 98 (22,3%) estabeleceram-se em Assentamentos situados na Zona da Mata (v. tab. 1).

A área reformada pelo Incra na Zona da Mata da Paraíba entre 1986 e 2000, representa 13,96% do total da área dos estabelecimentos agrícolas existentes na região em 1995 e 27,91% dos estabelecimentos agrícolas com 500 hectares e mais existentes na região no mesmo ano (v. tab. 2).

Tabela 1
ÁREA REFORMADA DE RESPONSABILIDADE DO INCRA E DO GOVERNO ESTADUAL, FAMÍLIAS ASSENTADAS E ASSENTAMENTOS CRIADOS NA PARAÍBA E NA ZONA DA MATA PARAIBANA - 1986/2000

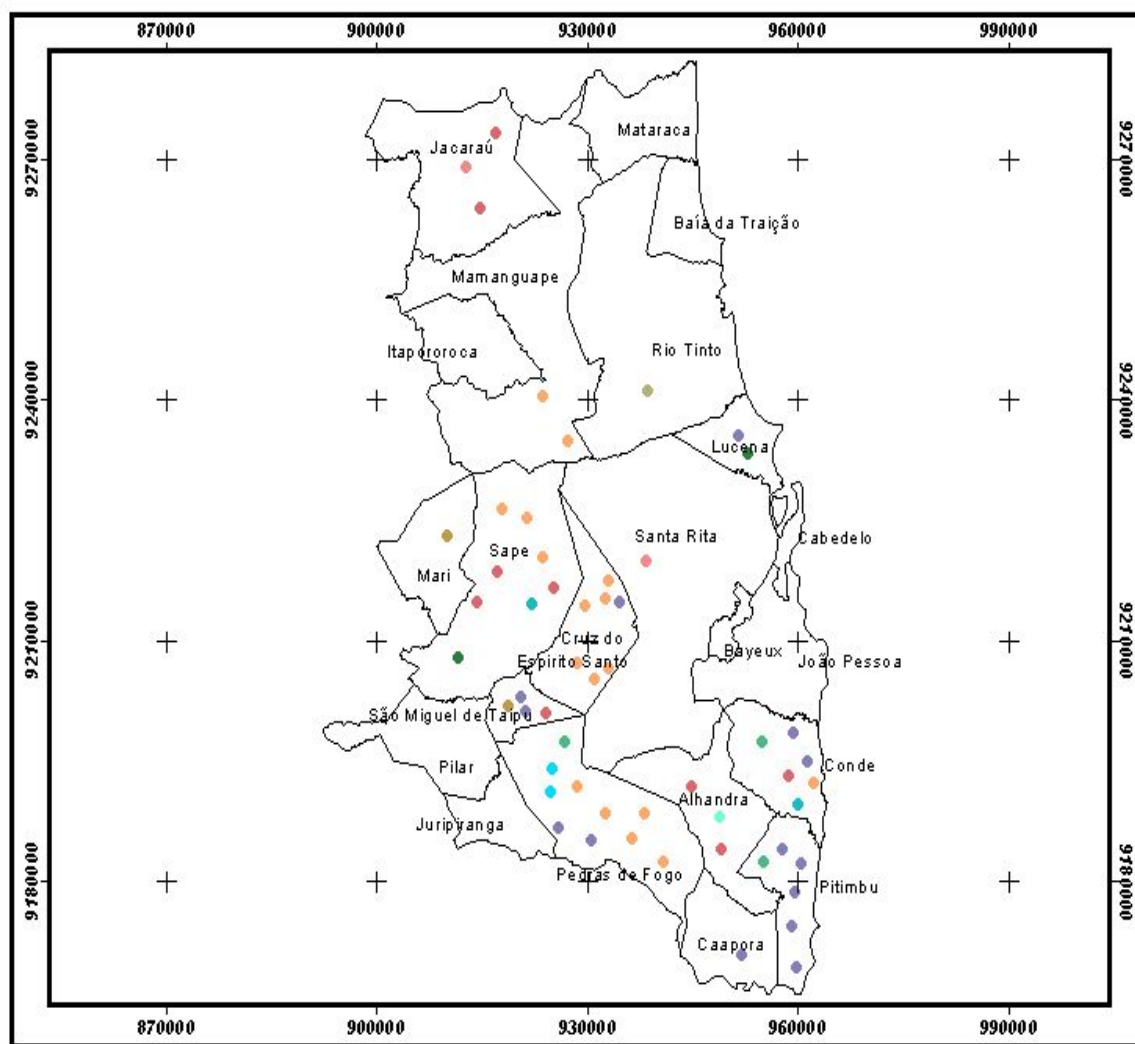
| DADOS | PARAÍBA (A) | MATA PARAIBANA- (B) | B/A x 100 |
|--|-------------|---------------------|-----------|
| Área reformada de responsabilidade do Incra e do Governo estadual (hectares) | 154.568,67 | 38.509,92 | 24,9 |
| Nº de famílias assentadas pelo Incra | 9.604 | 4.580 | 47,7 |
| Nº de famílias assentadas pelo Governo estadual | 877 | 98 | 11,2 |
| Nº de Projetos de Assentamentos criados pelo Incra | 151 | 55 | 36,4 |
| Nº de Áreas de Assentamento criadas pelo Governo estadual | 23 | 4 | 17,4 |

Fonte: INCRA-PB. Demonstrativo das Áreas de Assentamento do Estado da Paraíba, 1986/2000.
INTERPA: Relação das Áreas de Assentamento vinculadas ao Governo do Estado.

Mapa 1

| | | | | |
|--------------------|-------------|------------|--------------|----------|
| Cadernos do Logepa | João Pessoa | Vol.2, n.1 | Jan/Jun-2003 | p. 45-56 |
|--------------------|-------------|------------|--------------|----------|

ZONA DA MATA PARAIBANA ASSENTAMENTOS RURAIS CRIADOS ENTRE 1985 E 2000



Ano da criação

- | | |
|--------|--------|
| ● 1987 | ● 1996 |
| ● 1988 | ● 1997 |
| ● 1989 | ● 1998 |
| ● 1992 | ● 1999 |
| ● 1993 | ● 2000 |
| ● 1995 | |

10 0 10 20 Km

ESCALA



FONTE: INCRA. Listagem dos Assentamentos Rurais criados entre 1985 e 2000.

A conquista de território pela agricultura familiar reformada repercute na organização da produção agrícola regional na medida em que possibilita a ampliação da fronteira da produção de alimentos. Pesquisa de campo realizada entre maio e julho de 2000 na Zona da Mata paraibana confirma a tendência de expansão e diversificação

das lavouras alimentares apresentada pelos dados da produção agrícola municipal publicados pelo IBGE. Na base dessa diversificação destacou-se a fruticultura (acerola, melancia, graviola, limão, cajá, araçá, pitanga, caju –cultivo irrigado) além do amendoim e de produtos da horticultura. Essa diversificação de culturas foi fortemente influenciada pela assistência técnica, principalmente a prestada pelo Projeto Lumiar. São porém os alimentos básicos quais sejam, a mandioca (principal produto), o feijão e o milho as principais lavouras produzidas nas áreas de assentamento. De fato, na safra de 1998/1999 esses três produtos ocuparam mais de 50% do total da área plantada pelos entrevistados nos Projetos de Assentamento que foram investigados na região. Em alguns deles o peso da área plantada com essas lavouras em relação à área plantada total foi superior a 70% (PAs Massangana I, Massangana II e Massangana III, em Cruz do Espírito Santo; Nova Aurora, em Pedras de Fogo; Apasa, em Pitimbu; e Boa Vista e Vida Nova em Sapé) (MOREIRA et alii., 2000).

Tabela 2
ZONA DA MATA PARAIBANA
PARTICIPAÇÃO DAS ÁREAS DE ASSENTAMENTO CRIADAS
ENTRE 1986 E 2000 NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS
AGRÍCOLAS EXISTENTES EM 1995

| | |
|---|-----------|
| ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS (ha) (A) | 275.681 |
| ÁREA DOS ASSENTAMENTOS CRIADOS (1986-2000) (ha) (B) | 38.509,92 |
| B/A x 100 | 13,96 |
| ÁREA DOS EST. AGRÍCOLAS COM 500 HECTARES E MAIS (ha) (C) | 137.948 |
| ÁREA DOS ASSENTA-MENTOS CRIADOS (1986-2000) (ha) (D) | 38.509,92 |
| D/C X 100 | 27,91 |

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário 1995/1996. João Pessoa, 2001; INCRA-PB. Demonstrativo das Áreas de Assentamento do Estado da Paraíba, 1986/2000.

É preciso chamar a atenção para o fato de que apesar do avanço da agricultura de alimentos sobre áreas tradicionais produtoras de cana na região, propiciado pela criação de áreas de assentamento, ele não foi suficiente para quebrar o monopólio da cana. Esta ainda mantém-se como a forma de uso de recurso dominante na paisagem e só foi substituída pela produção alimentar nas áreas de muito forte concentração de Projetos de Assentamento.

4. IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO SETOR SUCRO-ALCOOLEIRO SOBRE A PAISAGEM RURAL

| | | | | |
|--------------------|-------------|------------|--------------|----------|
| Cadernos do Logepa | João Pessoa | Vol.2, n.1 | Jan/Jun-2003 | p. 45-56 |
|--------------------|-------------|------------|--------------|----------|

O processo de reestruturação produtiva do setor sucro-alcooleiro aqui apresentado tem rebatimentos profundos sobre a paisagem regional. Essas repercussões, porém apresentam-se diferenciadas segundo as fases de expansão e crise do setor.

4.1. fase de expansão do Proalcool

Na fase áurea do Proalcool os impactos sobre a paisagem se exprimiram através:

a) da ampliação da fronteira da monocultura canavieira, tanto pela incorporação de novas terras dos tabuleiros costeiros em municípios tradicionais produtores de cana, como pela incorporação de terras de outros municípios da região onde a cana não constituía a principal forma de uso de recursos ou que não tinham tradição canavieira a exemplo de Mataraca e Baía da Traição;

b) da substituição da vegetação de Mata Atlântica e dos cerrados de tabuleiros bem como de culturas alimentares e de matérias-primas pela cana;

c) da modernização da base técnica da produção agrícola, com a incorporação de novas máquinas e do aumento o número das já existentes, a intensificação do uso de fertilizantes e agrotóxicos, a adoção de novos tipos de cana e de novos procedimento de tratamento das mudas. Essas mudanças resultaram no aumento da produtividade por área cultivada com cana;

d) da ampliação do parque industrial alcooleiro, com a criação/restauração de destilarias de álcool anexas às antigas Usinas de Açúcar e a criação de destilarias autônomas;

e) da substituição do habitat disperso representativo do sistema de morada, pelo habitat concentrado das agrovilas e de vilarejos de “beira de estrada”, resultado do processo de expulsão maciça dos pequenos produtores moradores, posseiros e foreiros, promovido pelo Proalcool;

f) da homogeneização da paisagem através da ampliação do verde dos canaviais;

g) da ampliação do trabalhador assalariado, presente na paisagem sobretudo nos períodos de colheita;

h) da presença de galpões no interior das propriedades à semelhança das antigas senzalas, para abrigar corpos esqueléticos de trabalhadores migrantes de outras regiões, submetidos à condição de assalariados, na maioria, clandestinos sem direitos;

i) da intensificação da concentração fundiária;

j) do crescimento das pontas de rua nas pequenas cidades da região, transformadas em área de habitação subnormal que passaram a abrigar os trabalhadores expulsos do campo;

k) da redução da população residente no campo. Entre 1970 e 1980, houve redução da população rural das principais microrregiões canavieiras, registrando-se taxas negativas de crescimento (Litoral Norte, -0,51%; Litoral Sul, -0,40%; Sapé, -1,93%). Algumas pesquisas realizadas mostram que parte da população expulsa do campo passou a residir nas periferias das cidades da região, permanecendo porém vinculada à atividade agrícola como mão-de-obra assalariada da cana (SEDUP: 1985; GESTAR: 1985).

l) da multiplicação dos conflitos de terra nas áreas onde os trabalhadores organizados pela CPT resistiram a expulsão.

4.2. fase de crise do Proalcool

Nesta fase, são os seguintes os impactos observados na paisagem regional:

| | | | | |
|--------------------|-------------|------------|--------------|----------|
| Cadernos do Logepa | João Pessoa | Vol.2, n.1 | Jan/Jun-2003 | p. 45-56 |
|--------------------|-------------|------------|--------------|----------|

- a) retração da área cultivada com cana-de-açúcar;
- b) abandono de antigas Usinas falidas a exemplo da Usina Santa Rita e Santa Helena;
- c) avanço da agricultura familiar reformada sobre as terras das usinas falidas e de latifúndios improdutivos;
- d) retorno, em algumas áreas, do habitat disperso caracterizando agora uma nova forma de organização do espaço com base na pequena unidade de produção familiar reformada;
- e) surgimento de agrovilas em áreas de assentamento configurando um espaço diferenciado de vida e morada no campo;
- f) expansão da área cultivada com alimentos;
- g) mudanças na distribuição da propriedade da terra observada principalmente nos municípios onde a ação desapropriatória foi maior, como no caso de Cruz do Espírito, Santo, onde mais de 50% das terras agrícolas transformaram-se em áreas de assentamento;
- h) aumento e/ou melhoria das condições de infra-estruturas de caráter coletivo no campo a exemplo de escolas, estradas, associações de produtores, silos, igrejas, poços artesianos, energia elétrica, cisternas, postos de saúde, postos telefônicos ou “orelhões” etc.

Conclui-se do exposto que a fase áurea da modernização do setor sucro-alcooleiro através do Proalcool contribuiu para modificar a paisagem tanto rural quanto urbana da Zona da Mata pelo impacto que promoveu na organização da produção e do trabalho e pela intensificação do processo de expropriação-expulsão do trabalhador do campo. Durante a crise de acumulação vivenciada pelo setor, assiste-se a novas mudanças na paisagem resultado do desmantelamento do setor arcaico da economia sucro-alcooleira, do avanço da luta dos trabalhadores por terra e da ação fundiária do Estado. Verifica-se que a persistência da crise na década de 90 e as conquistas de terra pela agricultura familiar reformada não foi suficiente para por fim ao domínio da cana-de-açúcar sobre o sistema de uso de recursos da região. Todavia, a instalação dos Projetos de Assentamento contribuiu para quebrar o monopólio secular da cana sobre a paisagem da Zona da Mata. Destaca-se, no entanto, que apesar do esforço para se introduzir novas culturas (em particular a fruticultura), ainda prevalecem nas áreas de assentamento as lavouras alimentares tradicionais. Por outro lado, apesar da intensificação da política fundiária, ela ainda não foi suficiente para reverter o alto grau de concentração da propriedade fundiária na Zona da Mata Paraibana onde o índice de Gini ainda permanece superior a 0,8.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELGADO, Guilherme da Costa. Capital Financeiro e Agricultura no Brasil. São Paulo: Icone Ed. 1985.

| | | | | |
|--------------------|-------------|------------|--------------|----------|
| Cadernos do Logepa | João Pessoa | Vol.2, n.1 | Jan/Jun-2003 | p. 45-56 |
|--------------------|-------------|------------|--------------|----------|

IBGE. Censo Agropecuário da Paraíba, 1970.

_____ Censo Agropecuário da Paraíba, 1985.

_____ Censo Agropecuário da Paraíba, 1995-96.

_____ Produção Agrícola Municipal, 1986 a 2000.

_____ Produção Pecuária Municipal, 1990 a 2000.

INCRA-PB. Demonstrativo das Áreas de Assentamento do Estado da Paraíba, 1986/2000.

INTERPA – PB. Relação das Áreas de Assentamento vinculadas ao Governo do Estado.

MOREIRA, Emilia e TARGINO, Ivan. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MOREIRA et alii. Impactos da Reforma Agrária na Zona Canavieira do Nordeste. João Pessoa: Relatório de Pesquisa. CPDA/UFRRJ, 2000.

SILVA, José Graziano da. Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura. São Paulo: Hucitec. 1981.